

ENCONTRO DE SABERES NA UFPB: ENTREVISTA COM O PROFESSOR JOSÉ JORGE DE CARVALHO (OUTUBRO DE 2019, JOÃO PESSOA, PB)

CAROLINA DIAS LARANJEIRA
OSWALDO GIOVANNINI JUNIOR
VALÉRIA VICENTE

INTRODUÇÃO

José Jorge de Carvalho é professor titular no Departamento de Antropologia da UnB e Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), ligado ao CNPq. Foi uma das lideranças na implementação do sistema de cotas na UnB, iniciou o projeto Encontro de Saberes nesta universidade e desde então acompanha e estimula modelos locais para sua implementação em outras universidades, dentro e fora do Brasil. Estabeleceu diversas parcerias intelectuais com mestres e mestradas que participaram desse projeto, resultando em publicações que hoje são referência no processo de descolonização do pensamento brasileiro. Entre diversas publicações sobre o tema, destacamos: CARVALHO, José J. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica da Universidade brasileira. IN: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). "Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico". São Paulo: Editora Autêntica, 2018.

A entrevista que segue abaixo foi realizada no momento de consolidação da iniciativa de implementar, na Universidade Federal da Paraíba, o projeto Encontro de Saberes. O contexto da entrevista foi o evento duplo X Jornada de Pesquisa em Artes Cênicas / I Colóquio de Pesquisa em Artes nas Escolas, organizado pelos organizadores(as) dessa entrevista em parceria com professores/as do Departamento de Artes Cênicas e do Programa de Mestrado Profissional em Artes – Prof-Artes, cujo tema no ano de 2019 foi: "Trans-formAção: Saberes do fazer Arte e Educação". Este evento promoveu a vinda do professor José Jorge de Carvalho para realizar uma palestra com Mãe Lúcia, Ialorixá do terreiro Ilê Yemonjá Ogunté (Recife/PE) e sua filha Bárbara Costa, bem como participar de reuniões com a comissão que vem gestando a criação do projeto mencionado na UFPB. Parte das entrevistas realizadas pode ser vista também no filme "Encontro de Saberes na UFPB", disponível em: <<https://mostraarandu.blog/2020/09/27/encontro-de-saberes-na-ufpb/>>.

Através da entrevista, podemos acessar detalhes e singularidades do percurso de construção do Encontro de Saberes, bem como a dimensão internacional que este projeto vem tomando à medida que, em muitos contextos, se confirma a exclusão epistêmica da estrutura das universidades. O formato da prosa nos aproxima das formas de transmissão de

conhecimento dos mestres e mestras, marcadas pela ênfase na oralidade. Assim, podemos alcançar outras dimensões do Encontro de Saberes que o formato de articulação acadêmica muitas vezes encobre.

O. G. J.: Aproveitando a sua vinda aqui, a minha expectativa era justamente essa: ter essa conversa com você, para marcar o início dos debates sobre a proposta do Encontro de Saberes na UFPB. Eu dividi três blocos de ideias. O primeiro é a própria história do projeto Encontro de Saberes e seus propósitos. O potencial político de transformação epistemológica. No segundo bloco eu queria que o senhor falasse a respeito dos estudos de cultura popular a partir da antropologia. Se a gente pode ainda considerar os estudos de cultura popular como uma linha de pesquisa própria da antropologia. Porque é um campo de pesquisa que a gente está sempre tensionando. Muita gente não concorda que ele deva existir. Eu queria que o senhor falasse um pouco também sobre esses anos trabalhando com esse projeto e como você se transformou nesse processo.

J. J. C.: A gênese do Encontro de Saberes se deu na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, nos dois grandes Seminários de Políticas Públicas para as Culturas Populares ocorridos em 2005 e 2006. Neles, os mestres colocaram a demanda de chegar nas escolas. Eu percebi a conexão desta proposição com outro movimento que estava em crescimento naquele momento, que era o da luta pelas cotas. Nós já tínhamos aprovado as cotas na UnB em 2003, e eu estava participando de debates em inúmeras universidades pelo país afora. E também estava participando dos debates acerca das políticas para as culturas populares. Em 2004, participei de um seminário no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, no Rio de Janeiro, com Zulu Araújo, da Fundação Cultural Palmares; Mãe Beata de Yemanjá, uma das importantes lideranças no Candomblé – hoje já falecida -; e Cláudia Márcia Ferreira, diretora do Centro. Naquele momento eu já propus que as culturas populares tinham que estar na universidade também. Dei como exemplo o departamento de música da UnB, onde fiz minha graduação. Um departamento totalmente eurocêntrico, monoepistêmico, onde aprendemos apenas a música erudita ocidental. Não se aprende os fundamentos da música percussiva afro-brasileira, os fundamentos do jongo, do maracatu, do congado; não se aprende nada sobre as tradições populares. Está tudo excluído. Mais tarde foi introduzido o curso de música popular – chamada MPB. Após o evento, fizemos uma reunião já visando a preparatória para o primeiro Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em 2005. Então já estava sendo cogitado pensar em um sistema de inclusão paralelo às cotas, isto é, o que agora estou chamando de inclusão epistêmica.

Esta articulação entre os dois movimentos – de inclusão racial e inclusão epistêmica no ensino superior – foi consolidada em 2009 com a aprovação, pelo CNPq, do Instituto

Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI). Imediatamente nós começamos a fazer um termo de cooperação entre o MinC e o INCTI para realizar o projeto de trazer os mestres(as) para a universidade. Então, o Encontro de Saberes surgiu em Brasília, em 2010, como uma experiência piloto: uma disciplina oferecida pelo Departamento de Antropologia. Eu não tinha noção de que tamanho teria. Podia ter feito aquela disciplina e terminado por aí. Mas, felizmente, foi uma euforia, uma efervescência. E, pela resposta dos estudantes, tivemos que abrir duas turmas ao invés de uma, porque a demanda por matrículas foi enorme. Oferecemos a disciplina em 2011, 2012 e 2013 também. Em 2012, a experiência foi realizada na Universidade Javeriana de Bogotá, como uma disciplina do doutorado em Estudos Culturais. Foi um salto, tanto pela internacionalização da proposta, quanto pelo fato de a experiência ter se dado também no doutorado, além da graduação.

Em 2014 nós conseguimos um segundo acordo com o MinC, para ampliar esta proposta para mais quatro universidades. Esse foi o ano da expansão do Encontro de Saberes, que foi realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); na Universidade Federal do Pará (UFPA); na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); e na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Além do que estava inicialmente previsto, a experiência também foi realizada na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Ampliou-se, então, o leque de mestres(as) e de áreas do conhecimento que foram acionadas, como a área da saúde, das performances artísticas, da agricultura, da agroecologia. E foi se dando uma expansão que responde àquilo que eu chamo de um espírito do tempo. Havia um certo incômodo sentido por colegas de várias universidades em função da grade curricular limitada, que não respondia à expectativa nem dos estudantes e nem dos professores. O movimento de inclusão epistêmica do Encontro de Saberes foi sendo construído em paralelo à inclusão por meio das cotas para os jovens oriundos de comunidades de cultura afro-brasileira, dos povos de terreiro, quilombolas e dos indígenas. A demanda pela inclusão epistêmica foi sendo formulada também por estes estudantes, que apontavam para a insuficiência das grades curriculares em todas as áreas: psicologia, filosofia, história, literatura, agronomia, artes. Então, o Encontro de Saberes vem preencher uma demanda surgida com os estudantes cotistas, e também de muitos estudantes brancos, que têm expectativas de ampliação de seus horizontes de conhecimento. A gênese do Encontro de Saberes teve, assim, a particularidade de estar relacionada com as cotas e com as demandas advindas dos mestres e mestras das culturas populares, manifesta inicialmente nos dois Seminários que mencionei.

Agora estamos em um momento de significativa expansão dessa proposta nas universidades e de crescimento de um campo de reflexão em várias dimensões. Conexões e aproximações estão sendo feitas, por exemplo, entre o Encontro de Saberes e outros movimentos intelectuais de gêneses distintas, que alguns chamam de decoloniais, de

descolonização, que se dão em outros países da América Latina onde também tem sido discutida a questão do eurocentrismo e da colonização do espaço acadêmico. O movimento de inclusão epistêmica do Encontro de Saberes tem despertado interesse também na Europa. Apresentei a proposta em um congresso do *International Council for Traditional Music (Conselho Internacional de Música Tradicional)*, na Irlanda, em 2015. Depois disso me convidaram para apresentar o projeto em Viena, em 2016, na Universidade da Música, a principal referência no ensino e cultura da música clássica ocidental. Nessa instituição, a proposta foi implementada no mestrado em Etnomusicologia, que vai incluir agora as maravilhosas músicas turca, cigana, síria e croata, possibilitando uma revolução também epistêmica. Estou indo agora para o Equador para uma oficina da UNESCO, para abrir um Encontro de Saberes para a inclusão da cultura afro-equatoriana nas escolas. Também em Moçambique há interesse, pois discutem o que fazer com os conhecimentos tradicionais africanos após a independência e após toda uma força colonial de associar as universidades à cultura europeia, eurocêntrica. Esses dilemas estão em vários lugares do mundo. Também me convidaram para ir a Taiwan em junho de 2020. Existem dezoito grupos étnicos em Taiwan que não são representados na universidade. Essa exclusão, que é simultaneamente uma exclusão étnico-racial e epistêmica, é um grande problema não só no Brasil. O Encontro de Saberes está no espírito do tempo, responde à necessidade de descolonização.

O. G. J.: Além da própria dinâmica de ensino-aprendizagem, ocorrem experiências de pesquisa compartilhada nesse projeto? Por exemplo, entre um professor, dentro da academia, e mestres, contando com financiamento pelo CNPq ou CAPES, ou algum outro tipo de fomento?

J. J. C.: Sim! Como mencionei, o Encontro de Saberes, além da graduação, também é realizado na pós-graduação. Existem mestres no âmbito desse projeto que são coordenadores de pesquisa; mestres que participam das bancas de mestrandos e de doutorandos que pesquisaram as suas comunidades. Na UFMG, essa participação já consta no documento formal da banca. O campo epistêmico que é desenvolvido a partir daí é enorme, porque as questões não são mais exclusivamente da episteme eurocêntrica. Por outro lado, o Encontro de Saberes também se realiza em pesquisas. Como a experiência que desenvolvemos na aldeia Yawalapiti, do Xingu, um projeto de construção e desenvolvimento de uma “Casa de Saberes Tradicionais”. O projeto foi implementado com a metodologia de “espelho”: eu e o cacique Aritana coordenamos em parceria, ele do lado Yawalapiti e eu do lado do CNPq, e envolvemos pesquisadores indígenas e acadêmicos formando um grupo simétrico de pesquisa. Não é uma antropologia simétrica abstrata. É simetria real, acontecendo. Então, respondendo à sua pergunta: o Encontro de Saberes está no ensino, na

pesquisa, na orientação, nas bancas. E há no INCTI uma linha de publicação de livros de mestres: já foram publicados livros de Mãe Stella, Antônio Bispo, Álvaro Tukano, tem outros livros no prelo como o da mestra Vó Procópio, do Quilombo da Kalunga, em Goiás. Depois, vem o da Mapulu, a pajé do Xingu. As publicações trazem diferentes vozes de mestres e mestras incidindo sobre o cânon acadêmico. É um processo.

O. G. J.: Não tem como parar isso.

J. J. C.: É interessante, pois vai se consolidando com a pluralidade de arranjos e experiências concretas que cada universidade desenvolve. Não há e não deve haver uma metodologia ou normativa pré-definida do MEC, ou do INCTI, de cima para baixo; caso contrário, se limita a imaginação e criatividade política e intelectual.

O. G. J.: Quer dizer que há uma diversidade permitindo uma liberdade de arranjo? Dependendo de cada contexto, de cada uma das pessoas envolvidas?

J. J. C.: Sim! Claro! Tem que parar com esse sonho, que é muito brasileiro, da centralização. Há autonomia nas universidades. E as que não quiserem por enquanto, vão se abrir pela pressão por parte dos professores, dos estudantes. A adesão à proposta está crescendo dessa maneira. Eu acho que no momento em que cresce fora, reforça também dentro de cada universidade.

Pensando nas regiões, acredito que o Nordeste pode assumir um lugar de destaque no Encontro de Saberes pela alta concentração de mestres e de tradições na região, e por ser a região com políticas que mais os têm valorizado até agora. Acredito que a iniciativa de vocês na UFPB pode se tornar um ponto de inflexão no Encontro de Saberes, porque vai reverberar nas federais de todos os outros estados da região onde já começou uma discussão sobre a implementação do projeto. E do ponto de vista das tradições, a UFPB fará conectar o circuito de mestres, de Pernambuco ao Rio Grande do Norte. Daí virá um duplo dominó, que fará reverberar até Sergipe e Bahia (que têm características específicas), de um lado, e até o Piauí e Maranhão (que também têm afinidades culturais com o Norte), do outro.

O. G. J.: Indo para o segundo conjunto de questões, sobre as culturas populares como um campo de pesquisa. Me parece que essa experiência do Encontro de Saberes também atravessa esse campo, talvez relativizando ou modificando o próprio campo de pesquisa.

J. J. C.: É importante a gente manter no horizonte da pesquisa o termo “culturas populares” que remete a outro significante que é o de mestre e mestra das culturas tradicionais. Mestre das tradições populares é um conceito-chave para o Encontro de Saberes. Observo que há

um efeito da colonização mental dos colegas na antropologia, nas ciências sociais em geral, que é não ter prestado a devida atenção às culturas populares, que conformam um campo cultural majoritário no país. Há um número pequeno de professores dedicando-se a este campo. Houve uma opção pelas teorias, sobretudo europeias, que pressupunham que a cultura gerada no meio urbano fosse de alguma forma de maior interesse para os estudos. As culturas populares estão mais conectadas com o mundo camponês, pequenas comunidades, pequenas cidades, os bairros das pequenas cidades. As universidades estiveram longe disso. Com a inclusão de negros e indígenas pelo sistema de cotas, e também com a expansão dos *campi* e dos institutos federais nas cidades médias e pequenas, passa a haver uma energização dos estudos das culturas populares sob essa perspectiva de um movimento que é político e epistemológico.

Na medida em que há processos de descolonização, o conhecimento sobre as culturas populares cresce. O circuito eurocêntrico era fechado demais e deu pouca atenção às culturas populares. Na antropologia ainda tem muito disso, e na sociologia também. Como se uma espécie de alta teoria estivesse em outras áreas, em gênero, parentesco, política. Como se o prestígio acadêmico estivesse relacionado com teorias que nunca foram criadas em resposta ou inspiradas nas culturas populares. Ora, essas culturas a que nos referimos como culturas populares não existem nos países de onde essas teorias emergem. Não existem nos Estados Unidos, nem na Europa, com a dimensão que temos aqui. Até os Estudos Culturais ainda pecam um pouco por isso, às vezes.

O. G. J.: Andei pesquisando sobre a oferta de disciplinas sobre cultura popular nas universidades, em diferentes cursos de graduação. Em boa parte dos casos, elas entram como disciplinas optativas, mas isso depende muito da configuração de cada curso, de cada programa e de cada projeto pedagógico. No meu Departamento de Ciências Sociais, do curso de Antropologia na UFPB, estou defendendo o campo de pesquisa das culturas populares, mas enfrentado oposições e dificuldades.

J. J. C.: Olha, eu não sei se existe algum estado brasileiro que não tem cultura popular. É como se fosse campesinato, uma questão vivida em todos os estados. Em quase todos os departamentos de antropologia existe essa disciplina sobre o campesinato. A maioria desses departamentos tem disciplinas que abordam a antropologia urbana, porque todas as capitais têm questões urbanas. Então, cultura popular deveria estar em todos os programas de antropologia, em todas as universidades.

O. G. J.: Agora vou falar sobre o terceiro tema. Na relação com mestres, na participação em rituais, principalmente religiosos, a gente está sempre se transformando. É uma coisa que mexe muito, revira muito as emoções, afetividades, visão de mundo. Eu queria que falasse

um pouco disso, sobre como você se transformou ao longo desses anos em que vem trabalhando com esse projeto.

J. J. C.: É uma transformação muito grande; a gente se refaz nesse processo, porque o diálogo com os mestres nos enriquece muito. Na verdade, são duas transformações, duas rupturas na própria autoimagem acadêmica. Por um lado, a luta pelas cotas foi muito intensa e também traumática, em grande medida, porque eu achava que estava em uma comunidade dos antropólogos. Participava da ABA, todo feliz. De repente, eu vi que eu estava em um ambiente hostil, anti-cotas. E até hoje tem colegas que praticamente não falam mais comigo. De tal modo que eu rompi parcerias de anos. Uma ruptura bem dura. Isso não acabou. Não creio que vá acabar tão depressa, porque essa luta continua ainda. Por exemplo, os docentes negros ainda são muito poucos. E isso precisa mudar. É um ressentimento real, verdadeiro e justo dos colegas negros. Eles não suportam esse ambiente embranquecido da docência. E a luta continua. Na luta pelas cotas, tive que me refazer, pois eu não tinha mais a familiaridade que eu achava que tinha com muitos colegas, com o meu grêmio de professores.

Agora, com o Encontro de Saberes, há uma mudança, não pelo caráter traumático. A mudança vem por outras causas. A espiritualidade, por exemplo, é uma marca dos mestres. Eles trazem valores diferentes dos da classe média supostamente burguesa, metropolitana, do ambiente universitário. No meu caso, tenho conexões com o orientalismo – sempre estudei muito o budismo, o daoísmo, o confucionismo, o hinduísmo, o sufismo. Esses estudos me levam para uma ampliação epistêmica e para a incorporação da espiritualidade não só como objeto de pesquisa, mas como meio ou instrumento de conhecimento. Isso me levou à percepção de que o pensamento oriental sempre deveria ter estado nas nossas universidades, porque está presente nas universidades europeias há mais de um século. Então, quando nós copiamos o modelo de universidade eurocêntrica, nós o copiamos apenas parcialmente. Deveríamos ter tido, em um primeiro momento, as conexões com o mundo da Índia, da China, do Japão. Claro! Das tradições orientais todas, como constitutivas das nossas universidades. Isso não aconteceu. Houve um empobrecimento em relação ao mundo oriental. Ou, se você quiser, com o mundo maior, o não-ocidental. Com o Encontro de Saberes retomo isso.

Eu vim agora do Colóquio de Filosofia Oriental da Unicamp, há duas semanas. Eu falei lá em 2017. Então, me chamaram pra falar de novo. Eu disse: “Bom, mas... que Ocidente, cara pálida?”. Nós não estamos em Berlim, nem Paris, nem Londres. Aqui tem pensamento indígena, tem pensamento afro-brasileiro. Então propus um triálogo, não um diálogo. E dessa vez foi algo extraordinário. Eles aceitaram a minha proposta e convidei quatro indígenas que já participaram do Encontro de Saberes e que deram conferências dentro do evento. Então nós conseguimos passar para um outro diálogo civilizatório, no qual

é possível estabelecer, talvez, conexões mais férteis entre o pensamento dos indígenas, dos afro-brasileiros com o pensamento chinês clássico, confucionista, daoísta, budista, ou hinduísta, além das conexões estabelecidas com o pensamento ocidental, que sempre foi, para nós, a referência. Quer dizer, nós estamos reagindo ao mundo formado pelo cartesianismo e pelo newtonianismo, porque não nos representa. Representa primeiro os colegas do mundo ocidental. Então nós podemos estabelecer e fazer outros percursos. Não cabe mais a negação do mundo afro-brasileiro, a negação do mundo indígena, dos povos tradicionais. É necessária a inclusão epistêmica, trazer tudo para dentro da universidade. Todo mundo vai ter que se reciclar, de algum modo, ampliar a gramática teórica e científica. Para mim, já não é mais satisfatório que a maioria dos colegas da área das humanas, das ciências sociais, aceite uma ignorância completa do mundo afro-brasileiro. Não sabem citar o nome de cinco orixás! Uma ignorância altíssima sobre as tradições indígenas, sobre as culturas populares. Não sabem distinguir uma folia de reis de um jongo! Muitos não sabem o que é isso. E também uma ignorância do Dao, de Lao-Tsé, de Confúcio, dos sutras budistas. Isso é insatisfatório. E, então, temos uma tarefa de refundação grande.

O. G. J.: Você acha que dá para dizer, então, que essa sua experiência e aprendizado acabaram te afastando de um círculo de convivência anterior?

J. J. C.: Pode ser. Eu não tinha pensado nesses termos. Mas é possível. Talvez pela questão de as cotas terem trazido cisão e hostilidades. E talvez, também, por eu achar que o mundo acadêmico monoepistêmico está sufocante, asfixiante, no seu eurocentrismo, que não me satisfaz.

O. G. J.: Tem uma hora que a gente não consegue nem conviver mais com certos tipos de comportamento.

J. J. C.: Não, também porque a antropologia é defensiva em relação aos campos transdisciplinares. E eu me sinto mais confortável imaginando um mundo transdisciplinar. A antropologia é muito disciplinar, e não dá conta nem das culturas populares, do diálogo com os mestres. Já o Encontro de Saberes promove rupturas profundas e necessárias. Nós estamos em um momento que não parece nada com o momento de vinte anos atrás. Para resumir um pouco e fechar, há vinte anos atrás você poderia estar em uma situação confortável no nosso grêmio. Vamos ficar mais nas áreas de ciências sociais, se quiser, mas valeria para outras áreas. Estava confortável. Os estudantes eram brancos e o grêmio era de professores brancos. Os paradigmas eram eurocêntricos e todo mundo conhecia as teorias. Estava funcionando como se fosse normal viver dessa maneira. Só que não é normal, porque isso implica uma segregação racial, um racismo acadêmico. Implica também um racismo

epistêmico brutal e não assumido. Quando começaram as cotas, em 2003, 2004, esse modelo começou a ficar em xeque, a entrar em colapso. Lentamente, paulatinamente, as cotas entraram na pós. Isso não faz muito tempo, uns cinco ou seis anos; na UnB faz só quatro anos. Lá os cotistas criaram um encontro chamado Negras Antropologias, que está na terceira edição. Eu participei da primeira edição e fui o único professor branco que estava naquele encontro. Assisti aos dois dias inteiros de apresentação, e nenhum outro colega teve interesse em saber o que estava se passando. Mas de agora em diante, esses colegas vão ficar obsoletos. Precisamos refazer a gramática teórica para lidar com a realidade, com as expectativas e com as perspectivas dos estudantes negros e indígenas.

Nos debates acadêmicos estão aparecendo cada vez mais intelectuais indígenas. E eles não falam igual a nós brancos. Nós vamos ter que encontrar uma convivência de pensamento. Não adianta ficar só copiando teorias europeias. Não dá mais. Porque essas teorias não estão lidando com essa pluralidade. Nós temos que gerar um pensamento próprio, que consiga estabelecer essa convivência com a equanimidade. Agora, com os mestres na universidade, temos um desafio ainda maior, porque, em sua maioria, eles são analfabetos ou de pouco letramento. Então, a tradição oral também tem que entrar nesse processo, além da tradição letrada. Isso é outro desafio teórico gigantesco. Temos um desafio epistemológico, um desafio político, um desafio institucional! É preciso mudar o perfil das universidades, arranjar meios para que os mestres e mestras possam estar dignamente em igual posição com os professores. Precisamos considerar os desafios interpessoais. As hierarquias também vão ter que ser refeitas. As redes que haviam sido formadas terão que ficar porosas e incluir outras pessoas. São vários os desafios.